

ESTADODOPIAUI
CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES
Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017.

PROC. ADMINISTRATIVO Nº 001/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JÚLIO BORGES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Gumercino Pinto, S/N, Bairro Centro, CNPJ nº 01.703.633/0001-29, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento licitatório, na modalidade **Tomada de Preços**, do tipo **menor preço**, regime de execução empreitada por preço global, a ser realizado em sessão pública e conduzido pela Comissão Permanente de Licitações, devidamente constituída pela Portaria nº 002/2017, cujo procedimento será regido pela Lei Federal nº Lei 8.666/93 e suas alterações e demais leis aplicáveis, ainda pelas disposições a seguir estabelecidas no presente Edital e anexos e demais cominações legais:

DATA DE ABERTURA: 24 de agosto de 2017 / **HORÁRIO:** 10:00hs.

LOCAL: Sala da CPL – Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Gumercino Pinto, S/N, Bairro Centro, Júlio Borges do Piauí-PI.

RETIRADA DO EDITAL:

A cópia deste Edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados na sede da Câmara Municipal de Júlio Borges-PI, no endereço acima indicado, das 07:30hs às 13:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações – CPL.

1 – DO OBJETO:

1.1 - Constitui objeto desta licitação, a contratação de empresa de engenharia civil para execução dos serviços de reforma e ampliação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Júlio Borges-PI, conforme descrito nos anexos do edital TP 001/2017, integrante deste Edital.

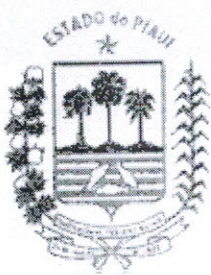
02 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas com a presente licitação serão custeadas através de recursos Próprios da Câmara Municipal, no valor orçado de R\$ 47.573,78 (quarenta e sete mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e oito centavos), através das seguintes Unidade Orçamentárias: Elemento de Despesas: 44.90.51 – Obras e Instalações.

03 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

03.1. Desta licitação poderão participar quantas pessoas jurídicas se interessarem em prestar os serviços que trata esta licitação, cadastrada ou não junto aos órgãos da Administração Pública, desde que apresentem a documentação exigida para habilitação, e cumpram os prazos e condições previstos no Art. 22, § 2º, da Lei 8.666/93;

03.2. Estarão impedidas de participar desta licitação:



ESTADODOPIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES

Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

- a. Empresas em recuperação judicial, falência decretada, concordatária, inidônea, ou que estejam cumprindo suspensão administrativa para licitar, em qualquer esfera de governo;
- b. Empresas consorciadas sob nenhuma forma;
- c. Empresas cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, ou sócios, sejam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado da Câmara Municipal de Júlio Borges-PI;
- d. Caso constatado, ainda que a *posteriori* tal situação, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incurso nas sanções previstas no art. 90 da Lei nº 8.666/93;
- e. Pessoas físicas mesmo que em grupo.

03.3. A participação na licitação importa em total e irrestrita submissão dos proponentes às condições desta Licitação;

03.4. O credenciamento para participação far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para praticar todos os atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

03.5. A licitante que neste certame for representada por preposto, este deve apresentar-se, no ato da entrega dos envelopes, com o competente instrumento procuratório público ou particular, munido de sua cédula de identidade para identificação.

03.6. O preposto que se apresentar com procuração particular deve comprovar, expressamente, que o seu outorgante tem competência para a outorga.

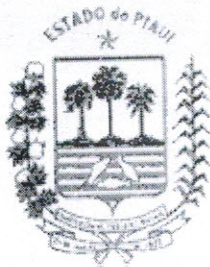
03.7. A hipótese de não apresentação ou incorreção do instrumento procuratório exigido não inabilita a licitante, mas impedirá o preposto de responder pela mesma.

4.0. DA DOCUMENTAÇÃO

04.1. O licitante, proponente, deverá apresentar no local, dia e hora determinados no preâmbulo, a documentação para a habilitação e as propostas financeiras em 02 (dois) envelopes distintos e fechados para a entrega simultânea à CPL;

04.2. O conteúdo dos envelopes deverá ser apresentado em português e datilografado ou digitado em papel timbrado ou em formulário contínuo, escrita com clareza sem emendas, rasuras ou entrelinhas;

04.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão estar dentro do prazo de validade e poderão ser apresentados em original, por via de publicação em órgão da imprensa oficial ou por meio de cópias autenticadas em cartório competente ou por servidor de administração municipal, e em todas as formas deverão ser legíveis, de modo a permitir a sua leitura, reservado à Comissão Permanente de Licitação direito de exigir a apresentação dos originais, a seu critério. Poderão ainda as cópias serem autenticadas pela CPL na abertura do envelope da documentação;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES

Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

04.4. Os envelopes deverão conter na sua parte exterior os seguintes dizeres:

ENVELOPE "A"

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JÚLIO BORGES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2017

DATA E HORÁRIO: 24/08/2017 - 10:00hs.

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ENVELOPE "B"

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JÚLIO BORGES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2017

DATA E HORÁRIO: 24/08/2017 - 10:00hs.

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

PROPOSTA FINANCEIRA

5.0. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE "A".

5.1. As licitantes deverão apresentar os documentos abaixo relacionados devidamente autenticados por alguma das formas previstas no edital, ficando os mesmos como parte integrante do Procedimento Licitatório.

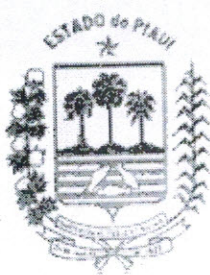
5.2. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À REGULARIDADE JURÍDICA.

Registro comercial, no caso de empresa individual;

- Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor e a última alteração contratual, devidamente registrado, em se tratando de empresas comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus representantes legais;
- Inscrição de ato constitutivo, em caso de sociedades civis, acompanhado de comprovação da diretoria em exercício.
- Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3. DOCUMENTAÇÃO REFERENTE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Certidão Negativa de Débito – CND, relativa as contribuições previdenciárias emitidas pela Receita Federal do Brasil, caso não esteja inclusa no documento constante no item "e", referente a fazenda nacional;
- Prova de atendimento ao art. 27 da Lei nº 8.036/90, apresentando a Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF.



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES

Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 12.440/2011;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede do licitante, dentro de seus prazos de validade e na forma da lei (CND);
- f) Certidão negativa da Dívida Ativa Federal, Estadual e Municipal (CDA);

5.4. DA REGULARIDADE TÉCNICA

- a) Certidão de regularidade junto ao CREA, da Empresa Licitante e do seu Responsável Técnico.

5.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço.

6.0. DEMAIS DECLARAÇÕES

- a) Declaração do licitante afirmando o cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalvando sua faculdade de empregar menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz Anexo III;
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, nos termos do modelo constante do Anexo IV.

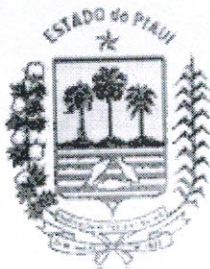
7.0. DA PROPOSTA:

7.1. A proposta financeira deverá corresponder com precisão ao objeto da licitação, ser apresentada em papel timbrado da empresa licitante, datilografada ou editorada por computador, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricadas as demais, nela consignando sob pena de desclassificação:

- a. Número, horário e dia da realização da reunião prevista neste Edital;
- b. Deverá constar na proposta as especificações e quantitativos elaborados de acordo com as planilhas anexas a este edital, constando ainda os a composição de preços unitários, com insumos e índices físicos coerentes com os serviços propostos, sob pena de desclassificação da proposta;
- c. Preço "MENOR" cotado para a realização da obra;
- d. Os valores constantes na proposta deverão ser expressos em algarismo e por extenso em moeda nacional;
- e. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias da sua apresentação.

07.2- Caso a proposta seja omissa quanto ao prazo de validade, prevalecerá o estabelecido na letra "e" do item anterior.

08- DOS PROCEDIMENTOS:



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES

Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

8.1. No horário, dia e local designados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e daqueles que pretendam assistir ao ato, a Comissão procederá da seguinte maneira:

- a) Receberá simultaneamente os envelopes "A" e "B" relativos aos documentos necessários à habilitação e às propostas de preços das licitantes, devidamente fechado com cola ou lacre;
- b) Abrirá primeiramente os envelopes "A" (documentos de habilitação) e examinará se a sua documentação atende às exigências do edital, rejeitando aqueles apresentados de modo incompleto;
- c) Devolverá aos participantes inabilitados os envelopes "B" contendo suas respectivas propostas financeiras, caso não tenha havido recurso ou após sua denegação (inciso II do art. 43 da Lei nº 8.666/93);
- d) Somente abrirá os envelopes "B" (propostas financeiras) dos licitantes habilitados previamente a presente licitação, incontinentemente à conclusão da fase habilitatória se todas as licitantes habilitadas e inabilitadas manifestarem, expressamente, desinteresse em interpor recursos (inciso II do art. 43 da Lei nº 8.666/93);
- e) Manterá sob sua guarda os envelopes "B" (propostas financeiras) até o término do período recursal previsto na alínea "a" do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, se licitantes habilitadas e inabilitadas manifestarem, expressamente, interesse em interpor recursos e/ou após o julgamento dos recursos interposto;
- f) Verificará se as propostas apresentadas atendem às exigências e desclassificará aquelas que não satisfaçam às condições previstas neste edital, quando do seu julgamento (art.48, da Lei nº 8.666/93);
- g) Rubricará a documentação e as propostas recebidas, as oferecerá às licitantes habilitadas presentes ao ato para examiná-las e rubricá-las também, em suas respectivas fases;
- h) Registrará em ata eventuais impugnações apresentadas;
- i) Lavrará ata de abertura e encerramento da reunião de cada fase desta licitação;

9.0. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências deste Edital (art. 48, I, da Lei nº 8.666/93).

9.2. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, poderá a Administração a seu critério, convocar todas as participantes presentes para, no prazo de oito dias úteis, apresentarem nova documentação ou outras propostas escoimadas das causas que motivaram a inabilitação ou desclassificação (§3º, do art. 48, da Lei nº 8.666/93).

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

10.1. O julgamento das propostas será feito pelo critério do menor preço ofertado, sendo declarada vencedora a licitante que apresentar o **menor preço global**.

10.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate ocorrerá via sorteio, em ato público para o qual todas as Licitantes serão convocadas;

10.3. A decisão da CPL somente será considerada definitiva após a homologação e adjudicação da licitação pela autoridade competente;

10.4. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES
Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato nos termos do art. 48 da Lei nº 8.666/93.

11. SEGUNDO COLOCADO.

11.1. Caso a licitante vencedora se recuse a iniciar ou concluir a obra objeto licitado por este Edital nos termos e valores de as propostas, poderá ser chamado a fazê-lo a participante mais próxima na ordem de classificação, pelo mesmo valor daquela, por cuja ocorrência sujeita-se a firma faltosa às penalidades previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93.

12. DESISTÊNCIA

12.1. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (§ 6º, art. 43, da Lei nº 8.666/93).

13. IMPUGNAÇÃO E RECURSOS:

13.1. A interposição, o processamento e o julgamento de recursos administrativos e impugnação do edital, nas fases correspondentes do procedimento licitatório reger-se-ão pelo art. 109, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14. DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

14.1. Concluído o julgamento do processo, o resultado classificatório da proposta apresentada e adjudicada será apresentado às autoridades competentes para conhecimento e decisão sobre a sua homologação ou revogação;

14.2. Uma vez homologado, a autoridade competente convocará o vencedor para no prazo determinado no ato de convocação, após publicação, para firmar contrato nos termos da minuta constante no **Anexo II deste Edital, e iniciar as obras;**

14.3. Após a assinatura do Contrato a CPL encaminhará ao setor competente que emitirá Nota de Empenho em nome da vencedora.

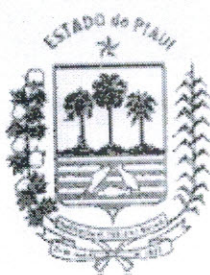
14.4. A Contratada iniciará os serviços nos termos e imediatamente após a publicação do Extrato de Contrato;

14.5. À administração fica reservado o direito de iniciar a obras dos itens que entender conveniente, sem gerar direito as licitantes que detêm mera expectativa de direito de contratação;

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Uma vez declarado o resultado pela Comissão Permanente de Licitações e adjudicado o vencedor, a homologação do certame competirá ao Senhor Prefeito Municipal.

16. DO CONTRATO



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES

Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

16.1. Após a homologação da licitação, a Administração poderá convocar o licitante vencedor, para assinar o competente contrato e iniciar as obras de acordo com a ordem de serviço.

16.2. Ocorrendo o não atendimento ao chamamento no prazo de 05 (cinco) dias para assinatura do contrato, poderá a Administração, a seu exclusivo sabor, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar a presente Tomada de Preços, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei de Licitação.

16.3. Farão parte integrante do futuro contrato, independentemente de suas transcrições, o presente Edital e seus anexos, a proposta da vencedora.

16.4. A minuta do futuro contrato passa a integrar o presente Edital, como Anexo II.

17. DO PAGAMENTO.

17.1. Os pagamentos serão efetuados após as medições, até 10 (dez) dias após a entrada da Nota Fiscal no Setor Financeiro da Administração.

18. REAJUSTE DE PREÇOS.

18.1. O reajuste do preço somente se dará se necessário for para manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato sendo permitido desde que devidamente comprovadas alterações nos preços dos produtos devidamente autorizadas pela Agência Nacional Reguladora, de acordo com o a alínea d, II, do Art. 65 da Lei 8666/93, tomando-se por base a variação de índice oficial que reflita a evolução dos custos dos produtos fornecidos.

19. ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO.

19.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no serviço até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, mediante a elaboração de termo aditivo de contrato, sem que dessa decisão caiba, às licitantes, direito a qualquer indenização.

20. DA IMPUGNAÇÃO EDITALÍCIA.

20.1. A qualquer cidadão ou interessado é facultado o direito de impugnar expressa e justificadamente o presente Edital, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 41, da Lei nº 8.666/93;

21. DAS CONDIÇÕES GERAIS

21.1. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado à prestação do serviço;

21.2. Poderão, a critério da CPL, serem relevados erros e omissões formais, de que não resultem prejuízos para o entendimento da proposta ou da documentação de habilitação pela administração, inclusive através de consulta a sites e juntada de novos documentos;



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES

Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

21.3. Qualquer esclarecimento sobre o presente Edital poderá ser obtido através da CPL da Câmara Municipal de Vereadores de Júlio Borges-PI, de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 13:30 horas, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, cuja interessada deverá deixar por escrito que obteve os esclarecimentos pretendidos ou através do FONE – 89 – 3553-0040.

21.4. Fica assegurado ao Presidente da Câmara Municipal o direito de, no interesse da Administração:

- a) Adiar a data da realização da presente licitação, dando conhecimento aos interessados, através da fixação no quadro de aviso da Câmara Municipal e demais meios de publicação;
- b) Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Edital, fixando novo prazo para apresentação da documentação/proposta;
- c) Anular, revogar, no todo ou em parte a presente licitação, dando ciência aos interessados mediante fixação de comunicado no quadro de avisos da Câmara Municipal e demais meios de publicação, e informando aos licitantes interessados, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, fundamentadas conforme prescrição contida no art. 49, da Lei 8.666/93.

21.5. O Edital poderá ser retirado na sala da CPL da Câmara Municipal, no endereço constante neste edital ou por via do informativo do TCE-PI, no horário de 8:00h às 13:30h, até 72 (setenta e duas horas) horas antes da apresentação das propostas.

21.6. Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com o preceituado na Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e legislação aplicável, prevalecendo sempre o texto legal ao que se encontrar no do edital se houver divergência, bem como serão submetidas ao parecer do órgão jurídico da Câmara Municipal de Júlio Borges-PI, aqueles considerados de natureza jurídica relevante.

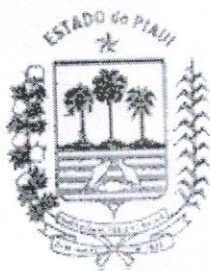
22. DOS ANEXOS DO EDITAL

22.1. Constituem anexos deste Edital:

- a) Anexo “I” – Planilhas e especificações técnicas, cronograma físico financeiro e plantas técnicas;
- b) Anexo “II” – Minuta de contrato;
- c) Anexo III – Declaração de que não empregar menores;
- d) Anexo IV - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

23 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1) Qualquer informação adicional pertinente ao certame deverá ser solicitada a Comissão Permanente de Licitações com o endereço constante no preâmbulo deste edital, ou através do fone (89) 3553-0040.



ESTADODOPIAUI

CÂMARA MUNICIPAL DE JÚLIO BORGES

Rua Gumercino Pinto, s/n - centro - CEP: 64.963-000 -
Júlio Borges - PI. C.N.P.J. 01.703.633/0001-29

23.2) E, para que chegue ao conhecimento de todos, o presente Edital que será publicado na forma resumida, no Diário Oficial dos Municípios e Jornal de Grande Circulação, nos termos do art. 21, I da Lei nº 8.666/93.

Júlio Borges (PI), 07 de agosto de 2017.

Dinaldo Gama de Sousa

Dinaldo Gama de Sousa
Presidente da CPL

Jandson Marques Ribeiro

Jandson Marques Ribeiro
Membro da CPL

Patricia Rodrigues Ramos

Patricia Rodrigues Ramos
Membro da CPL

4

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Município: JULIO BORGES-PI

Obra: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES NO MUNICÍPIO DE JULIO BORGES – PI

TABELA SINAPI, JUN/17

22,47%

119,67%(HORA)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	CÓDIGO
1.0	ALVENARIA				10.344,60	
1.1	ALVENARIA DE ELEVAÇÃO COM TIJOLO CERAMICO DE FUROS, DIMENSÕES: 10X20X20cm; ESP=10cm	M²	180,00	57,47	10.344,60	87495
2.0	REVESTIMENTOS				16.144,20	
2.1	CHAPISCO PARA PAREDE INTERNA OU EXTERNA, EMPREGANDO ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:3 E=3mm	M2	180,00	3,04	547,20	87878
2.2	EMBOÇO P/PAREDE INTERNA OU EXTERNA EMPREGANDO ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA NO TRAÇO 1:4 ESP=25mm	M2	180,00	15,82	2.847,60	87545
2.3	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M2	380,00	7,29	2.770,20	88487
2.4	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA EXTRA DE DIMENSÕES 35X75 CM	M2	220,00	45,36	9.979,20	87247
3.0	ES. ADRIAS				1.309,67	
3.1	PORTA DE MADEIRA 0,70X2,10m, DE UMA FOLHA, COM BATENTE, GUARNIÇÃO E FERRAGEM	UND	2,00	301,07	602,14	90821
3.2	CAIXILHO FIXO, DE ALUMINIO, PARA VIDRO	M2	1,25	566,02	707,53	85010
4.0	COBERTURA				4.337,08	
4.1	ESTRUTURA DE MADEIRA P/ TELHA CERAMICA OU DE CONCRETO vão de 3 a 7m (TESOURA)	M2	44,00	77,21	3.397,24	92539
4.2	COBERTURA COM TELHA CERAMICA TIPO PAULISTA OU COLONIAL, ARGAMASSA MISTA DE CIMENTO, CAL E AREIA MEDIA OU FINA S/ PENEIRAR, TRAÇO 1:2:9 INCLUINDO BEIRA E BICA	M2	44,00	21,36	939,84	94447
5.0	INSTALAÇÕES				1.046,00	
5.1	VASO SANITARIO COM CAIXA ACOPLADO	UND	2,00	300,37	600,74	86888
5.2	LAVATORIO	UND	3,00	148,42	445,26	86943
6.0	DIVERSOS				5.663,70	
6.1	FORRO DE PVC - INCLUSO MATERIAL E INSTALAÇÃO	M2	155,00	36,54	5.663,70	96111
				TOTAL (R\$)	38.845,25	
				BDI 22,47% (R\$)	8.728,53	
				TOTAL GERAL (R\$)	47.573,78	



Município: JÚLIO BORGES-PI
 Obra: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES NO MUNICÍPIO DE JÚLIO BORGES – PI
 TABELA SINAPI, JUN/17
 22,47%
 119,67%(HORA)

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇOS EXECUTADOS	VALOR (R\$)	UND	MESES			
				1	2	3	4
1	ALVENARIA	R\$ 10.344,60	%	60,00	40,00		
			R\$	6.206,76	4.137,84	-	-
2	REVESTIMENTOS	R\$ 16.144,20	%		40,00	30,00	30,00
			R\$	-	6.457,68	4.843,26	4.843,26
3	ESQUADRIAS	R\$ 1.309,67	%			20,00	80,00
			R\$	-	-	261,93	1.047,74
4	COBERTURA	R\$ 4.337,08	%		50,00	50,00	
			R\$	-	2.168,54	2.168,54	-
5	INSTALAÇÕES	R\$ 1.046,00					100,00
			R\$	-	-	-	1.046,00
6	DIVERSOS	R\$ 5.663,70	%				100,00
			R\$	-	-	-	5.663,70
TOTAL BDI 22,47% TOTAL GERAL		R\$ 38.845,25	%	6.206,76	12.764,06	7.273,73	12.600,70
		R\$ 8.728,53	%	15,98%	32,86%	18,72%	32,44%
		R\$ 47.573,78	R\$	1.394,66	2.868,08	1.634,41	2.831,38
			R\$	7.601,42	23.233,56	32.141,70	47.573,78

2

Município: JULIO BORGES-PI

Obra: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES NO MUNICÍPIO DE JULIO BORGES – PI

FONTE DE CUSTOS = SINAPI: JUN/2017 - BDI: 22,47% - LSO: 119,24%

ITEM	ITEM COMPONENTE DO BDI	BDI DE PROJETO
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	3,00%
2	SEGURO E GARANTIA (S + G)	0,80%
3	RISCO (R)	0,97%
4	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	0,59%
5	LUCRO (L)	6,16%
6	TRIBUTOS - PIS, COFINS e ISSQN (I)	8,65%
6.1	COFINS	3,00%
6.2	PIS	0,65%
6.3	ISS	5,00%
6.4	CPRB	
TOTAL = $\{ [(1 + AC + S + G + R) * (1 + DF) * (1 + L)] / (1 - I) \} - 1$		22,47%